

ÍNDICE

.....

Prefácio	5
Introdução	7

Parte I

Capítulo 1 – A concessão de crédito no Estado-nação	15
1.1. A importância política da concessão de crédito	15
1.2. A estabilidade financeira como objetivo político mas, intertemporalmente, inconsistente	19
1.3. Atores com poder de interferência na decisão política doméstica	27
1.3.1. Banca – O problema dos conflitos de interesse entre o poder político e o sistema bancário	27
1.3.2. Eleitores – A incapacidade do eleitorado na avaliação e na determinação da regulação bancária	29
1.3.3. Reguladores – A regulação financeira como um processo redistributivo em economia fechada	30
1.3.4. Instituições democráticas	34

1.3.4.1. Os regimes políticos e os direitos financeiros de propriedade . . .	34
1.3.4.2. Democracia, regras eleitorais e suas consequências	36
1.4. A necessidade de alterar a estratégia regulatória dado o novo contexto de «Estado competidor»	41

Capítulo 2 – Basel I como o início da dinâmica competitiva e redistributiva na regulação bancária	45
2.1. As origens dos incentivos à cooperação internacional em matéria de regulação bancária	45
2.2. A regulação financeira internacional como um processo redistributivo numa economia aberta	48
2.3. O Acordo de Basel I como alternativa ao cenário de <i>bail-out</i> para a banca americana	52
2.4. Regras de capital regulamentar inerentes ao Acordo de Basel I	62
2.5. O papel das relações internacionais em banca	64

Parte II

Capítulo 3 – O Estado competidor, os fundamentos teóricos para a sua ação e a nova dinâmica negocial	69
3.1. A adaptação do papel do Estado à nova realidade global	69
3.2. A identificação do «institucionalismo realista» como prática orientadora na ação do Estado «competidor»	72
3.2.1. Proposição I	76
3.2.1.1. Suposição I	78
3.2.1.2. Subproposição II	80
3.2.2. Proposição II	81
3.2.3. Proposição III	83
3.2.3.1. Subproposição I	83
3.2.3.2. Subproposição II	84
3.3. As proposições I e II do institucionalismo realista na dinâmica regulatória bancária	86
3.4. A parceria entre política e banca num contexto de globalização – A economia nacional determina o resultado (Proposição III)	90
3.5. O difícil equilíbrio «regulatório»: entre a política nacional e o desenho internacional para promoção da estabilidade financeira	94

3.6. Novos atores: A rede regulatória transnacional como um novo patamar de influência política	97
Capítulo 4 – Basel II, o resultado de uma longa discussão redistributiva	103
4.1. A complexidade técnica ao serviço da competitividade entre soberanos	103
4.1.1. Etapa I	107
4.1.2. Etapa II	111
4.1.3. Etapa III	115
4.1.4. Etapa IV	121
4.2. O fracasso da regulação	128
Capítulo 5 – Basel III – A promessa que seria diferente	131
5.1. A divergência entre a promessa e o resultado alcançado	131
5.1.1. Etapa I	133
5.1.2. Etapa II	136
5.1.3. Etapa III	147
5.1.4. Etapa IV	157
5.2. E não foi diferente	165
Capítulo 6 – Uma nova governança na UE, com os mesmos problemas	167
6.1. O início de uma nova era na regulação bancária europeia	167
6.2. O Mecanismo Europeu de Supervisão (MES)	169
6.2.1. A discussão política	170
6.2.2. A prática consequente	174
6.3. O Mecanismo Único de Resolução (MUR)	179
6.3.1. A discussão política	179
6.3.2. BRRD (Bank Recovery and Resolution Directive)	183
6.3.3. O <i>bail-in</i> e a sua aplicação	187
6.3.3.1. Acontecimentos pré-BRRD	187
6.3.3.2. O critério do «interesse público» pelo CUR	190
6.3.3.3. A «ajuda de Estado» como prevenção do <i>bail-in</i>	195
6.4. Regras novas, os mesmos resultados	199
Conclusão	203
Bibliografia	209